



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE AGAINST WOMEN

VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR CONTRA LAS MUJERES

RESUMO

A violência doméstica constitui uma grave violação dos direitos humanos e permanece como um desafio estrutural no Brasil. Apesar dos avanços promovidos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), dados nacionais e internacionais demonstram que o ambiente doméstico ainda representa alto risco para mulheres, evidenciando limitações na efetividade das políticas públicas de proteção. Com base em revisão bibliográfica interdisciplinar, este artigo analisa os aspectos socioculturais, os tipos de violência previstos em lei, os fatores que perpetuam o ciclo de agressões e as consequências físicas, psicológicas e sociais para as vítimas. Os resultados indicam que persistem barreiras culturais, institucionais e econômicas que dificultam o enfrentamento, destacando -se a dependência financeira, a violência psicológica crescente e as fragilidades da rede de apoio, agravadas durante a pandemia. Conclui-se que o enfrentamento da violência doméstica exige ações articuladas entre Estado e sociedade, fortalecimento das políticas públicas, formação continuada dos profissionais e promoção da autonomia das mulheres.

Palavras-chave: Violência doméstica; gênero, políticas públicas; lei maria da penha; direitos humanos.

ABSTRACT

Domestic violence is a serious human rights violation and remains a structural challenge in Brazil. Despite the progress brought by the Maria da Penha Law (Law No. 11.340/2006), national and international data show that the home environment continues to pose a high risk for women, revealing limitations in the effectiveness of public protection policies. Based on an interdisciplinary literature review, this article analyzes the sociocultural aspects of domestic violence, the types defined in Brazilian legislation, the factors that perpetuate the cycle of abuse, and its physical, psychological, and social consequences. The results indicate persistent cultural, institutional, and economic barriers that hinder effective intervention, particularly economic dependence, the increasing prevalence of psychological violence, and weaknesses in support networks, which were intensified during the pandemic. The study concludes that addressing domestic violence requires coordinated action between the State and society, strengthening public policies, continuous training of professionals, and promoting women's autonomy.

Keywords: Domestic violence; gender, public policies; maria da penha law; human rights.

RESUMEN

La violencia doméstica constituye una grave violación de los derechos humanos y sigue siendo un desafío estructural en Brasil. A pesar de los avances promovidos por la Ley Maria da Penha (Ley n.º 11.340/2006), los datos nacionales e internacionales muestran que el hogar continúa siendo un entorno de alto riesgo para las mujeres, lo que evidencia limitaciones en la efectividad de las políticas públicas de protección. A partir de una revisión bibliográfica interdisciplinaria, este artículo analiza los aspectos socioculturales de la violencia doméstica, los tipos definidos en la legislación brasileña, los factores que perpetúan el ciclo de agresiones y las consecuencias físicas, psicológicas y sociales para las víctimas. Los resultados indican la persistencia de barreras culturales, institucionales y económicas que dificultan el enfrentamiento, destacándose la dependencia económica, el aumento de la violencia psicológica y las fragilidades de la red de apoyo, agravadas durante la pandemia. Se concluye que el enfrentamiento de la violencia doméstica requiere acciones articuladas entre el Estado y la sociedad, el fortalecimiento de las políticas públicas, la formación continua de los profesionales y la promoción de la autonomía de las mujeres.

Palabras clave: Violencia doméstica; gênero, políticas públicas; leymaria da penha; derechos.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos é um problema de saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (2013) estima que cerca de 30% das mulheres no mundo já sofreram violência física ou sexual por parceiro íntimo. No Brasil, indicadores mostram que o ambiente doméstico permanece como local de alto risco para mulheres (Waiselfisz, 2015).

A Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, representou marco jurídico fundamental, criando mecanismos de proteção e políticas específicas (Brasil, 2006). Entretanto, pesquisadores apontam que sua efetividade ainda enfrenta barreiras culturais, institucionais e sociais (Silva; Oliveira, 2020).

Embora a lei tenha sido criada para proteção única e exclusivamente da mulher, existe jurisprudência atual reconhecendo proteção a outros tipos de entidades familiares no âmbito doméstico (cf. STF - MI – 7452).

Este artigo tem como objetivo analisar os aspectos socioculturais, os impactos e desafios relacionados à violência doméstica no Brasil, por meio de revisão bibliográfica interdisciplinar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos históricos e socioculturais da violência doméstica

A violência doméstica está enraizada em estruturas patriarcais que conferem aos homens o papel de autoridade e às mulheres a posição de subordinação.

Garcia (2010) destaca que a desigualdade de gênero foi construída historicamente, legitimando comportamentos violentos.

Somente após os movimentos feministas do século XX a violência doméstica ganhou status de problema público, impulsionando criação de delegacias especializadas, centros de apoio e legislações protetivas.

2.2 Tipos de violência segundo a Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) define cinco categorias de violência doméstica:

Violência física: atos que ferem ou ameaçam a integridade corporal;

Violência psicológica: humilhações, constrangimentos, isolamento, ameaças;

Violência sexual: práticas sem consentimento;

Violência patrimonial: retenção ou destruição de bens;

Violência moral: calúnia, difamação e injúria.

A lei utiliza o termo “violência” em sentido amplo, descrevendo dessa forma um rol exemplificativo, visto que, embora enumere as formas de violência, abre espaço para outros tipos.

As violências (tipos) frequentemente coexistem e reforçam o ciclo de violência.

2.3 Fatores que mantêm o ciclo de violência

Entre os fatores que dificultam a ruptura do ciclo destacam-se:

- dependência econômica e emocional;
- medo da retaliação;
- ausência de rede de apoio;
- naturalização da violência;
- controle psicológico exercido pelo agressor;
- baixa autoestima da vítima.

Silva e Oliveira (2020) observam que o impacto emocional da violência prolongada fragiliza a capacidade da mulher de buscar ajuda.

2.4 Consequências físicas, psicológicas e sociais

A violência doméstica causa danos severos:

- Físicos: lesões, traumas, incapacidades;
- Psicológicos: depressão, ansiedade, estresse pós-traumático (OMS, 2022);
- Sociais: isolamento, perda de vínculos, prejuízos acadêmicos e profissionais.

Crianças expostas a ambientes violentos têm maior risco de reproduzir comportamentos agressivos ou de desenvolver transtornos emocionais (ONU Mulheres, 2022).

2.5 Políticas públicas e rede de enfrentamento

A rede de proteção envolve:

- Delegacias Especializadas;
- Casas-abrigo;
- CRAS, CRAMS e CREAS;
- Judiciário, Ministério Público e Defensoria;
- Unidades de saúde;
- Programas de educação e autonomia econômica.

A criação das Delegacias de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher fundamentou-se no objetivo de atender as demandas das mulheres que se encontram em um cenário de violência doméstica, priorizando garantir as condições adequadas para que as vítimas possam denunciar os crimes de forma segura e humanizada.

Importante destacar que os Centros de Referências (CRAMS) desempenham um papel fundamental na prevenção e combate à violência contra as mulheres, pois têm como propósito principal romper com a situação de violência e promover a cidadania por meio de ações abrangentes e de atendimento interdisciplinar.

Os centros englobam as esferas psicológicas, sociais e jurídicas, fornecendo orientação, informação e apoio às mulheres que vivenciam cenários de violência.

Estes compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, balizada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do governo federal, dividida nos setores de Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social (Brasil, 2011).

3 METODOLOGIA

Este estudo adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica narrativa. Foram consultados artigos científicos, documentos institucionais, relatórios nacionais e internacionais, além das legislações relacionadas ao tema.

As bases pesquisadas foram: SciELO, Google Scholar, PubMed, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios oficiais. O recorte temporal adotado foi de 2010 a 2024.

Critérios de inclusão:

- Estudos focados em violência doméstica no Brasil;
- Pesquisas sobre legislação, políticas públicas e gênero;
- Relatórios de organismos como OMS e ONU Mulheres;
- As informações foram obtidas com foco crítico e incluídas em categorias temáticas.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A revisão bibliográfica possibilitou identificar:

1. A violência doméstica permanece elevada, mesmo após políticas públicas específicas;
2. A Lei Maria da Penha trouxe avanços, mas apresenta dificuldades de implementação;
3. A violência psicológica tem se tornado ainda mais frequente e mais visível;
4. A dependência econômica é ainda um dos principais fatores de vulnerabilidade;
5. A pandemia intensificou os casos e expôs fragilidades da rede de apoio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica constitui fenômeno multifatorial que requer soluções integradas nas esferas social, jurídica, educativa e econômica. Embora o Brasil tenha avançado em termos legais, o enfrentamento efetivo demanda fortalecimento das políticas públicas, formação continuada de profissionais, ampliação da rede de proteção e promoção da autonomia das mulheres.

É imprescindível que a sociedade e as instituições atuem de modo articulado para romper ciclo de violência e garantir direitos fundamentais.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.
- _____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal, tipificando o feminicídio. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

_____, MI 7452, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 24-02-2025, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 25-03-2025 PUBLIC 26-03-2025).

GARCIA, Leila Linhares. Violência contra a mulher: uma questão de direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n.1, p. 11–25, 2010.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. ciclo da violência: Saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ele funciona. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-daviolencia.html>. Acesso em: 17 out. 2025.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 3077–3086, 2017.

ONU MULHERES. Relatório Global sobre Violência de Gênero. ONU, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Violência contra a mulher: estimativas globais. Genebra: OMS, 2022.

SILVA, Maria C.; OLIVEIRA, Carla B. Violência doméstica e políticas públicas no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 165, 2020.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.

